

MEMÓRIA DE REUNIÃO

TÍTULO			
CONSULTA PÚBLICA DE VALIDAÇÃO DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL QUILOMBOLA - PBAQ			
DATA	15/12/2018	INÍCIO	10:47
		TÉRMINO	16:52
LOCAL	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DO DEGREDO	MUNICÍPIO	LINHARES
PAUTA	APRESENTAÇÃO DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL QUILOMBOLA (CONSULTA)		

PÚBLICOS PARTICIPANTES	
Identificação	
<p>Câmara Técnica Indígena dos Povos e Comunidades Tradicionais - CT-IPCT (Fundação Cultural Palmares – Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos – Secretaria Estadual de Assistência Social do Espírito Santo)</p> <p>Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (IEMA) Câmara Técnica de Rejeitos (IEMA) Comissão de Atingidos do Degredo Herkenhoff & Prates Representantes da CONAQ e do Conselho Estadual Quilombola Comunidade do Degredo</p>	

RESUMO DOS ASSUNTOS TRATADOS/CONTEÚDOS RELEVANTES		
Nº	ASSUNTO	CONTEÚDO
1	Abertura	<ul style="list-style-type: none"> • Thiago Cantalice (Fundação Cultural Palmares) faz a abertura do evento, situando os presentes, em linhas gerais, sobre o processo de reparação conduzido até então, qual o propósito da presente reunião e qual a natureza das propostas que serão avaliadas pela comunidade. Na sequência, passou a apresentar os demais membros da Câmara Técnica presentes à Consulta. • Carolina Molina (coordenadora da CT) se apresentou e reiterou os trâmites previstos para o encontro e o papel de protagonista da comunidade. • Andrea, da Secretária de Igualdade Racial e Direitos Humanos, se

		<p>apresentou e reiterou dito pelos anteriores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Edna, representante da Secretaria Estadual de Assistência Social do Espírito Santo na CT • Hugo, representante na Câmara Técnica pelo Ministério Público. • Rafaele do IEMA, participe da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água. • Adelino, também do IEMA, representante da Câmara Técnica de Rejeitos. • Arilson, representante da CONAQ e da Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas do Espírito Santo. • Por fim a palavra é passada para Cássio Barbosa, representante da Herkenhoff & Prates para iniciar a apresentação do PBAQ
2	Apresentação do PBAQ	<ul style="list-style-type: none"> • Cassio faz breve apresentação da equipe H&P presente à Consulta e passa a palavra para Jaqueline Silve, Antropóloga • Jaqueline inicia a apresentação do PBAQ a ser avaliado, recordando o processo que levou até a estruturação do documento, incluindo grupos de trabalho e plenária. Ressalta a possibilidade de modificações naquilo que será apresentado. • A apresentação começa com a noção inicial do que se trata um Plano Básico Ambiental e o que contem os volumes que foram entregues para a comunidade. • Na sequência foram rememorados os nove impactos sobre a tradicionalidade do Degredo, identificados durante a elaboração do ECQ.

- Foram apresentadas as etapas para elaboração do PBA, elencando a reunião de planejamento (24/10), realização dos grupos de trabalho (29/10, 30/10 e 02/11), Plenária da Validação (10/11) e entrega do PBA (30/11).
- Apresentou-se a metodologia utilizada durante a realização dos grupos de trabalho e a síntese dos resultados, com distribuição por programas, ressaltando o caráter de interdependência das atividades propostas.
- Apresentação do Projeto 1 – Gestão integrada dos processos. Foi apresentado seu objetivo, com destaque para a ampla participação dos comunitários, pretendida para todo o processo de planejamento, execução e finalização das ações do PBAQ. Foram apresentadas as ações e suas respectivas atividades. As ações são: “Capacitação de Lideranças Quilombolas”, “Monitoramento e Gestão das Ações do PBAQ”, “Diálogo, Participação e Controle Social”.
- Carolina Molina pede a palavra e questiona o uso do termo “empreendedorismo”, uma vez que esse seria diferente do conceito usado pela Câmara Técnica, de etnodesenvolvimento.
- Thiago Cantalice reforça o papel dos comunitários de questionar o que está sendo apresentado. Expressa seu entendimento de que as atividades de articulação institucional não fiquem a cargo exclusivamente dos comunitários, ressaltando o papel da vindoura Assessoria Técnica e da própria

Fundação Renova nesse processo. Em relação às formações de lideranças, sugere a inclusão de dois cursos “associativismo”, que ajuda a entender o processo de organização de uma associação e “elaboração de projetos”, pois sempre existem projetos do poder público que beneficiam comunidades quilombolas e muitas vezes as comunidades não conseguem receber tais projetos por falta de tal capacitação.

- Jaqueline concorda com as colocações de Thiago, reafirmando a necessidade do que foi colocado. Em relação ao que Carolina diz, afirma concordar enquanto antropóloga, mas ressalta que o conceito trabalhado foi o de “empreendedorismo social quilombola”, como conceito norteador, mas pensando em algo que seja feito de forma dialógica, sem que seja feita uma oposição entre conhecimento técnico-científico e conhecimento tradicional. Afirma ser necessário o amadurecimento de tais conceitos e que o momento propício seria o do planejamento das ações, para que se possa incorporar escopos como o do etnodesenvolvimento.
- Carolina Molina retoma a palavra para reafirmar a necessidade de se trabalhar o etnodesenvolvimento, voltado para a sustentabilidade, segurança alimentar, e não pela lógica do empreendedorismo, de entrada no mercado. *“Não se pode correr o risco de apresentar falsos horizontes para a comunidade”*. Entende que seguir pelo empreendedorismo não seria o

adequado para a questão de uma comunidade tradicional.

- Cássio Barbosa explica os limites para realização do PBA e como esses dificultaram o amadurecimento de algumas questões, como do próprio etnodesenvolvimento, que demandaria um maior tempo de diálogo junto à própria comunidade.
- Projeto 2 – Cultura, Identidade e Território. Jaqueline apresenta o objetivo central do projeto e os impactos que este visa compensar. Na sequência são apresentadas as ações e suas respectivas atividades. As ações são: “Inventário do Patrimônio Cultural do Degredo”, “Incentivo ao Patrimônio Cultural do Degredo”, “Casa da Tradição do Degredo”.
- A reunião é interrompida para que seja transferida para o lado externo da Associação das Mulheres do Degredo, em virtude do forte calor.
- Transferida para o pátio externo, tem sequência a reunião.
- Thiago pede a palavra para apresentar dúvidas sobre a realização do “Inventário”. Afirma a importância do projeto mas questiona o fato do cronograma apresentar apenas 12 meses, enquanto algumas ações se estendem para mais de 12 meses. Que esse tempo seja incorporado em um cronograma ampliado. Sugere que os materiais produzidos sejam distribuídos nas escolas públicas de Linhares, principalmente aquelas que atendem à comunidade do Degredo. Dentre eles, sugere a divulgação do histórico da comunidade, o Livro de Medicina do

Atalino, o inventário dos bens culturais. Lembra a presença de mestres dos saberes tradicionais nas salas de aulas formais, como forma de fortalecimento da identidade e cultura da comunidade.

- Marciela, comunitária do Degredo, ressalta que o professor Roque vem fazendo atividades nesse sentido na comunidade de Pontal do Ipiranga, embora não disponha de material específico para tal finalidade.
- Simone, liderança do Degredo, questiona como se dará a aquisição do terreno para construção da Casa da Tradição.
- Cassio Barbosa explica que esse trâmite se dará na primeira etapa do projeto, em seu planejamento.
- Jaqueline explica que a Casa de Cultura Xacriabá, inspiração para o projeto, foi construída em um terreno doado, mas que para o caso do Degredo, tal alinhamento ainda será realizado.
- Thiago retoma a palavra para apontamentos. Explicita preocupação com a manutenção do espaço, custo de energia, instalação de placa solar. Entende que a construção envolve o fornecimento de equipamentos.
- Jaqueline retoma as discussões do grupo de trabalho, dizendo que a ideia inicial era algo mais próximo de um teatro de arena e que foi dito que os espaços já existentes no território teriam funções diferentes.
- Thiago fala em um espaço cultural que seja multiuso, que possa servir para apresentações, reuniões, confecção de roupas, por exemplo. Considerou otimista a rotinização de atividades

mensais na casa.

- Jaqueline reitera que essa proposta partiu da comunidade, como a realização de encontros mensais do jongo, por exemplo.
- Thiago sugere que sejam feitos encontros de comunidades quilombolas, para trocas de práticas, nesse espaço a ser criado e com base no calendário a ser estabelecido.
- Pedro Costa, liderança comunitária, reafirma que tais tradições existem em toda a região.
- Thiago lembra que podem ser incorporadas oficinas para o aprendizado de tais saberes.
- Simony, liderança comunitária, fala da criação por parte dos próprios comunitários de seus instrumentos, por exemplo.
- Arilson pede a palavra e se diz incomodado com os prazos estabelecidos para cada uma das ações e pede esclarecimentos sobre como foram estabelecidos. Pergunta também como chegou ao nome, dizendo sentir falta do termo “quilombola”, dizendo ser importante fortalecê-lo. Questiona ainda se será um espaço único ou formado por várias salas, como isso vem sendo pensado. Qual a forma mais adequada para esse planejamento.
- Jaqueline explica a opção pelo termo “tradição” e seu significado a partir da perspectiva antropológica e de como ela foi articulada a partir da própria realidade do Degredo, e como o conceito de “tradição” hoje se sobrepõe ao de cultura e quilombola, sendo reiterado a todo o momento pelos

comunitários.

- Simone, liderança comunitária, diz que a escolha de um nome oficial pode ser realizado em um outro momento, com a participação de todos.
- Sobre as salas, Jaqueline se diz a favor de ter várias, mas que essa questão será discutida no momento da elaboração do projeto construtivo.
- Pedro Costa, liderança comunitária, diz que o espaço da Associação das Mulheres poderia ser restaurado, ampliado e adequado para os fins propostos para a Casa da Tradição. Sugere que o nome seja "Centro Cultural Quilombola."
- Simony, liderança comunitária, concorda com Pedro Costa sobre o nome, mas defende a construção de um novo espaço, que se adeque as rotinas já existentes no território, como missas, por exemplo. O que deve ser feito é um espaço de lazer.
- Simone, liderança comunitária, diz da necessidade de fazer um projeto que agrade a todos os comunitários, levando em conta as diferentes crenças e práticas de cada um.
- José Costa, liderança comunitária, se diz contrário a utilização do espaço da Associação das Mulheres. Explica que o espaço estava equipado, mas que sofreu com ações de roubo. Explica ainda que na área do CIC os órgãos ambientais não concedem mais licença para a construção de nenhuma edificação. Apenas reforma das já existentes. Como se falou em áreas de lazer, pode-se pensar em um campo de futebol, comprar um terreno que

- consiga incorporar diferentes espaços.
- Jadilson, comunitário do Degredo, diz sentir falta de referência a menções ao esporte e lazer. Falta de menção a uma quadra ou de outros espaços de lazer diferentes de espaços para festa.
 - Jaqueline lembra que durante o GT essa menção de tais espaços surgiu principalmente voltados para as crianças do Degredo.
 - Arilson diz sentir a dificuldade de ter o Degredo envolvido em competições estaduais realizadas entre comunidades quilombolas do Espírito Santo. Não há um campo de futebol no Degredo. No Degredo existe um time, jogadores e jogadoras. É preciso criar condições para um campo de futebol e uma quadra poliesportiva.
 - Jaqueline concorda com Arilson e Jadilson, mas reitera que a questão não surgiu durante o GT. Entretanto, reforça que cabe pensar a coisa do espaço multiuso em um primeiro momento. Pensar se os equipamentos sugeridos, como quadra poliesportiva, se adequam ao território.
 - Simony, liderança comunitária, diz da responsabilização do poder público em relação a implantação e conservação de tais espaços. Diz que poderia ser mais interessante, por exemplo, a criação de uma creche.
 - Pedro Costa pede a palavra para concordar. Diz que a comunidade já buscou condicionantes junto à Petrobrás, por exemplo, para a implantação de uma creche no território e que não foi obtido sucesso no tocante a esse objetivo. Afirma,

ainda, não ser interessante misturar festejos e práticas culturais de práticas esportivas. Portanto, a Casa de Cultura deveria ser afastada de espaços esportivos.

- Carolina Molina retoma a palavra para reafirmar o questionamento de Arilson no tocante aos prazos estabelecidos para a realização das ações do PBAQ. Ressalta que o plano não é só implementação. É gestão e manutenção. Em como essas ações vão se efetivar ao longo do tempo, como a Renova vai atuar na manutenção de tais equipamentos.
- Cassio Barbosa explica que os prazos de execução apresentados e as etapas de curto, médio e longo prazo. Que o início imediato de simultâneo de diferentes ações visa atender demanda da comunidade, que lembra que já se passaram 3 anos desde a tragédia e que, portanto, as ações estruturantes precisam ser iniciadas. Ressalta ainda que as ações permanecem durante o tempo necessário para compensação dos impactos identificados. Mas que o início, propositalmente, foi pensado sempre para o curto prazo.
- Simony, liderança comunitária, afirma que nenhuma ação para o Degredo é de curto prazo. Que o exposto diz respeito ao início das ações.
- Jaqueline questiona a Câmara Técnica sobre como equacionar a questão do esporte, surgida durante a consulta.
- Thiago Cantalice diz da possibilidade do retorno ao Degredo para reapresentação do plano, tendo em vista as mudanças que vem sendo

sugeridas. Diz ainda de como os espaços de lazer e esporte não estão desvinculados dos impactos identificados, uma vez que eles têm relação com perda de convivência comunitária. Para além, enfatiza que os impactos atingiram as diferentes esferas da vida dos comunitários. Em relação ao cronograma, entende que ele precisa ser revisto, pois em alguns momentos dá a entender que em 12 meses a ação terá sido concluída. Sobre o espaço, será responsabilidade da Renova arcar com sua aquisição. Já para a construção de equipamentos, como uma creche, haveria necessidade de uma articulação com a Prefeitura, por exemplo, para cessão de um professor.

- Pedro Costa, liderança comunitária, afirma que a partir do momento em que uma creche é construída, é responsabilidade do órgão público arcar com as despesas. Ressalta que o território é rico em petróleo, resultando em vultosos royalties ao município e que tal recurso não é repercutido na comunidade.
- Thiago retoma para falar sobre o incentivo para realização de festas. Entende que a articulação de parcerias e apoio financeiro deve ser assumido pela Renova, inicialmente, uma vez que entende tal ação não como um financiamento, mas como um fomento para ajudar no início das atividades. Sobre o resgate da agenda cultural, diz da alocação de recursos do auxílio financeiro emergencial, exposto no PBAQ, questionando sobre a transferência de recursos de um fim

para outro.

- Cassio Barbosa explica que a posição expressada pela Fundação Renova é de que o auxílio financeiro já seria a injeção de recursos monetários suficientes para o fomento das atividades culturais. Entretanto, ressalta que a proposta de financiamento existe e que essa emergiu do GT nessa forma.
- Thiago sugere o uso do termo fomento ao invés de financiamento. Diz que a perspectiva da Renova desvirtua a finalidade do auxílio financeiro.
- Simony diz que a Fundação Renova sequer usa o termo auxílio financeiro. E relembra que no GT foi decidido em semelhança com uma condicionante. Que durante a duração do impacto, a Renova deve arcar com os custos.
- Jaqueline relembra que não foi definido se a Renova daria o recurso para a Associação ou se adquiriria os itens necessários.
- Simony reafirma sua posição, de que o tempo que for necessário a Renova deva financiar todo o processo. Que mantenha o compromisso firmado.
- Thiago relembra que o TTAC tem duração de pelo menos 20 anos. Que a questão das medidas precisam ser avaliadas por relatório e levantamentos, de modo a atestar sua efetividade em relação a reparação e compensação de seus impactos. Pede a retirada da ideia do uso do auxílio financeiro para custeio, por parte dos próprios comunitários, das atividades culturais.
- Cassio Barbosa afirma então que será colocado o termo fomento,

desatrelando do auxílio e afirmando sua duração durante todo o tempo necessário para a reparação dos impactos.

- Projeto 3 – Saúde e Educação. Jaqueline apresenta a proposta de reedição do “Livro de Medicina do Finado Atalino”. Lembra em como tal ação emergiu durante o ECQ, no momento em que eram lembradas as práticas curativas do território.
- Thiago pergunta se se trata mesmo de uma reedição. Se já foi publicado.
- Dona Dora, comunitária do Degredo, conta da existência do livro de medicina de seu avô. Em como ele era uma referência para todos os comunitários no tratamento dos mais diferentes males.
- Cassio afirma que a reedição é mais uma deferência a comunidade e aos mais velhos. Que o mesmo nunca foi publicado formalmente.
- Marciele, comunitária do Degredo, diz que existem antigos comunitários, como sua mãe, que ainda detém o conhecimento do uso de ervas medicinais e outros saberes.
- Thiago afirma que existe consenso em relação ao livro. Pede apenas o reforço da necessidade de sua circulação para além do território do Degredo, podendo ser feito seu lançamento no Degredo e na sede de Linhares.
- Cassio Barbosa assume para seguir a apresentação do projeto. Explica que o termo “educação” em seu título, diz mais de uma educação ambiental do que de uma educação formal, escolar. Da materialização do conhecimento

tradicional e de seu encontro com o conhecimento técnico-científico. Na sequência, apresenta a ação de implantação do “Viveiro de Plantas e Ervas Medicinais do Degredo” e do “Acompanhamento Multidisciplinar das Famílias do Degredo”.

- Simony, liderança comunitária, fala da existência do ESF na comunidade, mas que esse é insuficiente. Que não há programa relacionado diretamente aos impactos advindos da tragédia. E que ficou registrado no GT a necessidade de fortalecimento do SUS, através de psicólogo, terapeuta ocupacional, por exemplo. Que seria dever da Renova levar ao território médicos para tratar dos impactos identificados.
- Carolina Molina pede a palavra pra falar da Câmara Técnica de Saúde. Explica a experiência da Renova da contratação privada de profissionais de saúde para Mariana e que essa não foi uma experiência exitosa, por vários motivos, dentre os quais a ingerência da Renova no processo. Afirma que a Câmara Técnica de Saúde vem atuando, cada vez mais, no sentido do fortalecimento ao SUS. Que tem sido feitas oficinas com o poder público dos diferentes municípios atingidos, para planejar como devem ser feitas ações nesse sentido. É preciso saber como essa ação se situa no PBAQ, sendo que a política é de integração ao poder público municipal e fortalecimento do SUS e não da contratação. O Plano não pode trazer os vícios da falta de integração das atividades. A ação precisa ser robusta e plenamente integrada ao

SUS.

- Simony, liderança comunitária, retoma a palavra para dizer de sua experiência na reunião inter-câmaras, para dizer de sua preocupação de que ações que passam pela Prefeitura não se efetivem. Que a maior carência hoje do Degredo é a ausência de governo. Há de se ter um cuidado a respeito do repasse dessa verba e de como os benefícios vão chegar até a comunidade. É a favor do fortalecimento do SUS, mas que esse não vem sendo capaz de dar resposta as demandas surgidas na comunidade em razão da tragédia.
- Carolina responde, questionando sobre quem irá contratar tais profissionais. Se não for pelo SUS, será a Renova? Mais uma vez, retoma a experiência de Mariana.
- Edna pede a palavra e discorre sobre as etapas do projeto de acompanhamento. Entende que a proposta pode ser entendida como uma ação emergencial, como uma preparação para a chegada dos equipamentos públicos. Informa que a comunidade, em outras oportunidades, já falou da ausência de um ponto de apoio local, a exemplo do existente e mantido pela Renova na aldeia indígena de Comboios. Diz que é necessário pensar em uma multidisciplinaridade não apenas de profissionais, mas de instâncias e instituições, como Câmaras Técnicas, órgãos e equipamentos públicos.
- Cassio retoma para concordar com Edna, dizendo que a ação proposta avança um pouco do emergencial ao

propor acolhimento de campo e encaminhamento.

- Simone, liderança comunitária, afirma que existe um atendimento quinzenal na comunidade, de uma profissional médica clínica geral. Diante disso, questiona como se dará o fortalecimento do SUS. Seria uma parceria de Renova e SUS, para levar profissionais até o território? Que a equipe do SUS em Pontal do Ipiranga não conta com profissionais necessários, como dermatologista, ginecologista, dentre outros.
- Cassio Barbosa afirma que a princípio não, que a proposta terminaria no encaminhamento do comunitário cujo agravo de saúde foi identificado.
- Edna reforça que a fragilidade do que foi exposto é a ausência de ligação entre o proposto e o poder público, em termos de como isso pode se efetivar.
- Thiago expressa sua preocupação de não ser estabelecida uma ação que se sobreponha ao que vem sendo articulado pela Câmara Técnica de Saúde.
- Carolina entende que essa deva ser uma ação continuada e que seja feito um plano de ação, um diagnóstico de saúde específico da comunidade. Sugiro que a H&P faça conversar específicas com os profissionais de saúde que a Fundação Renova vai indicar. Primeiro com a Câmara Técnica de Saúde.
- Simony sugere que a comunidade seja incluída nesse processo.
- Projeto 4 – Socioeconomia e empreendedorismo. Cassio apresenta a proposta, voltada para geração de

trabalho e renda na comunidade. Para tanto, apresenta suas ações a atividades. As ações são “Intensificação da Atividade de Apicultura no Território”, “Retomada das Atividades de Agricultura Familiar”, “Incentivo ao Turismo Ecológico” e “Implementação da Cadeira Produtiva de Beneficiamento e Comércio das Polpas de Frutas Típicas da Região do Degredo”.

- Pedro Costa, liderança comunitária, lembra que a apicultura já se encontra implantada no Degredo. Que bastariam alguns complementos para sua realização de forma mais eficaz, expandindo seu potencial produtivo.
- Simony explica que o problema na comunidade hoje não é a produção do mel em termos práticos, mas sua comercialização e como isso poderá ser convertido em renda.
- Pedro Costa ressalta como a atividade da apicultura é uma atividade diretamente envolvida com a preservação do meio ambiente. No caso específico do Degredo, repercutiria no enriquecimento do bioma da restinga. Afirma, também, que hoje é necessária a construção de uma “Casa do Mel” na comunidade, para que a produção existente possa crescer exponencialmente.
- Edna pede a palavra para comentar a fala de Simony. Explica que a questão logística das diferentes vocações do território pode ser apoiada pela Câmara Técnica de Economia e Inovação. Sugere que a H&P busque interlocução com a referida Câmara Técnica.
- Cássio Barbosa retoma as etapas do

projeto de apicultura, para responder em como esta prevista a elaboração de um Plano de Negócios, que inclusive contemple questões de logística.

- Thiago Cantalice ressalta que já foi feito um curso de apicultura no Degredo. Que já existe uma quantidade razoável de famílias dedicadas ao ofício. Fazer um plano de negócios que verifique se é viável sua possível ampliação. Entende que as medidas propostas são uma primeira tentativa, que após determinado tempo, precisará ser avaliada e, caso necessário, adequar ou substituir o que foi proposto. Que o exposto se trata de um primeiro leque de opções.
- Pedro Costa relembra que já existe a fábrica de biscoitos no território e que essa, embora ainda não se encontre em uso, pode ser incorporada como mais uma alternativa aos comunitários.
- Carolina Molina afirma que o fomento a atividade de mel e apicultura é interessante, mas que não pode considerar que seja uma resposta simples ou rápida. É preciso pensar na produção, gerenciamento, gestão e comercialização. É individual ou coletivo? Não se pode correr o risco de um ciclo produtivo mal feito resultar na suspensão do auxílio financeiro por parte da Renova. Lembra ainda de todos os trâmites burocráticos relacionados a produção, como toda legislação fitossanitária envolvida. A assessoria técnica não pode se dar só na produção, mas ser um acompanhamento contínuo e estruturado.

- José Costa pede a palavra e explica que a Casa do Mel é uma condicionante a ser cumprida pela Petrobrás. Além disso, se todos começarem a produzir mel, a Renova cortará o cartão de auxílio financeiro.
- Thiago explica que as ações de Renova e Petrobrás não são excludentes. Que elas podem correr em paralelo e de forma complementar. Reitera que o cartão subsídio de atividade produtiva só é cortado quando é comprovada a restituição das condições de geração de trabalho e renda do atingido.
- Arilson observa que todas as ações desse projeto preveem fomento, mas não o estímulo a realização das atividades propostas.
- Cassio Barbosa reitera que todas as propostas apresentadas emergiram da própria comunidade, durante a realização dos grupos de trabalho, não sendo necessário que toda a comunidade se alinhe com todas as propostas apresentadas. O objetivo é contemplar a maior quantidade de comunitários possível.
- Jaqueline afirma que o que foi apresentado no PBAQ não impede que as ações propostas sejam revistas ou que outras venham a se somar ao longo do processo de implementação.
- Thiago comenta a questão da agricultura familiar, dizendo que seu foco recaiu mais sobre a questão de unidade de conservação do que sobre a agricultura especificamente. Há ainda que se considerar a existência de fazendas na reunião, a partir da perspectiva de uma concorrência com o

que possa vir a ser produzido no Degredo.

- Carolina Molina questiona o porque de se mencionar Unidade de Conservação. Se não há confusão de conceitos com APP.
- Cassio explica como se dará a produção de um mapa de restrições locais.
- Thiago lembra que a luta da comunidade será pela posse coletiva quilombola da terra. Entende que a agricultura familiar pode ser entendida sob o viés da subsistência, com venda de excedente, mas que seja de forma mais simples e rápida. Algumas das medidas propostas podem levar um tempo em demasia.
- Jaqueline afirma a importância da economia de trocas não remuneradas existente no território, e em como uma atividade como o plantio da mandioca possa atuar, por exemplo, na retomada de vínculos familiares e de laços comunitários, por exemplo.
- Thiago diz da necessidade de uma interlocução com a CT-Bio, para discutir ações de uso de áreas existentes no território, vedadas hoje por impedimentos legais e que, por exemplo, a partir da autorização da derrubada de pequenas áreas, pode viabilizar seu manejo sustentável e configurar alternativa para os comunitários.
- Simony questiona quais atividades podem ser feitas para atração de turismo ao território.
- Cassio Barbosa explica o que fundamenta um turismo de base ecológica.

- Andreia argumenta que a comunidade de Furnas, em Mato Grosso, participa de uma rota turística, o que possibilita a comercialização do que ali é produzido, podendo ser um exemplo. Que Degredo deve ser delimitado como rota turística e não como ponto.
- Arilson comenta que algumas comunidades quilombolas contam com projeto de turismo étnico-cultural e ambiental. Entende que o Degredo tem condições de trabalhar o turismo. Que a infraestrutura é importante, mas que pode ser feito um trabalho independente da questão estrutural.
- Cassio relembra que todos os projetos contam com etapas de planejamento, quando as minúcias de execução de cada uma das propostas deverão ser devidamente apreciadas, discutidas e aperfeiçoadas.
- Thiago lembra que Degredo foi atingida pela lama, o que prejudica a comunidade no que tange a captação de turistas, haja vista o comprometimento de seus atrativos naturais.
- Jadilson reforça o argumento de Thiago, de que não haveria mais atrativos turísticos naturais suficientes para a captação de visitantes.
- Cassio lembra que Degredo conta com outros atrativos, para além dos naturais, que poderiam ser capazes de captar turistas.
- Segundo Simony, “turismo de beira de praia”, depende dos atrativos naturais.
- Simone responde, dizendo considerar interessante a alternativa do turismo, como geração de renda e de produção

de conhecimento a respeito da própria comunidade.

- Arilson cita a lei 10.639, de valorização da cultura brasileira e que isso não envolve somente a sala de aula. Lembra que comunidades quilombolas espalhadas pelo país, sem os atrativos naturais da região de Degredo, recebem visitas de interessados em conhecer as particularidades de uma comunidade quilombola.
- Pedro Costa relembra que Degredo conta com o Parque de Orquídeas e com um navio naufragado em suas águas, que podem atrair a atenção de determinados grupos de visitantes.
- Thiago pede que seja deixado mais explícita a questão de um turismo ecológico-cultural, e a vinculação do turismo as escolas da região.
- Carolina Molina reforça que a comercialização de qualquer produto *in natura* precisa estar adequada aos trâmites burocráticos e de legislação. Será individual ou coletivo? Como será o escoamento da produção?
- Eliana, comunitária do Degredo, considera que a produção de polpas é viável para a comunidade. E que pode haver um atrelamento da atividade a ser desenvolvida na fábrica de biscoitos com a atividade da polpa.
- Thiago relembra que tudo passa pela viabilidade. Existe a quantidade de pés necessários? Existe lugar para plantar? Se não houver lugar para plantar, esse projeto deve ser substituído imediatamente.
- Marcilene lembra que durante os GTs a equipe da H&P buscou a exaustão dos

temas e que a comunidade chegou apenas aos 4 itens.

- Edna lembra que a Renova tem vários programas para além dos PG03 e PG04 e que todos podem atuar no território para buscar viabilizar as propostas.
- Projeto 5 – Meio ambiente e pesca. Cassio apresenta as ações e atividades, ressaltando que o que foi proposto saiu como resultado de um GT com grande participação dos comunitários, bem como presença representativa (51 pessoas). As ações são “Indenização Quilombola”, “Monitoramento Ambiental”, “Etnomonitoramento da Ictiofauna do Rio Ipiranga” e “Educação Ambiental”.
- Simone pede esclarecimentos sobre nota de rodapé da página 15 do volume resumido, que diz respeito ao uso de aspectos do PIM para configuração da indenização quilombola.
- Cassio explica o funcionamento do PIM e que a indenização quilombola pode ou não aproveitar aspectos da política do PIM.
- Simony afirma que o PIM não se aplica ao Degredo, pois seria um programa desleal.
- José Costa, liderança comunitária, também afirma que não aceita qualquer interlocução com o PIM.
- Thiago informa que já ficou entendido pela Câmara Técnica que a lógica do PIM não se adequa a qualquer das comunidades tradicionais atingidas. E sugere que a proposta de indenização quilombola seja retirada do PBAQ, para ser tratada em separado.
- Carolina Molina diz que a proposta não

abarcas perdas simbólicas e imateriais. Sugere que sejam observados casos anteriores de indenização de natureza imaterial e espiritual, e um diálogo para que os envolvidos nesses episódios possam auxiliar na construção de uma proposta para o Degredo.

- Cassio afirma que a comunidade, durante os GTs, se mostrou pronta para conduzir um processo próprio de construção de matriz de danos.
- Thiago afirma que a comunidade necessita de uma assessoria que balize essa construção.
- Carolina corrobora, dizendo que deve haver um acompanhamento.
- Thiago considera que o programa de indenização precisa ter caráter coletivo e individual, para abarcar danos materiais e imateriais. Diante disso, considera que deva ser chamado para conversar com a comunidade, referências nacionais em termos desse tipo de processo indenizatório.
- Carolina sugere como encaminhamento que o PBAQ deve incorporar o entendimento de que a indenização deve ser coletiva e individual, material e imaterial, que eles deverão participar da construção da matriz de danos. E que a proposta apresentada no PBAQ fosse realizada por uma instituição que tenha experiência prévia de indenização imaterial de povos e comunidades tradicionais.
- Thiago, a respeito do monitoramento ambiental proposto, sugere que o processo deve ser dado por tempo indeterminado, até que sejam reparadas as condições dos recursos

ambientais.

- Adelino, do IEMA, informa que o mar é monitorado pela Rede Rio Doce Mar, já contratada pela Renova.
- Simony informa que o ponto monitorado pelo PMQQS na região não contempla o território do Degredo.
- Carolina sugere que Degredo seja incluído em ações já existentes, em termos de análise de coleta de água bruta e de pescado.
- Simony considera que o Rio Ipiranga deve ter um processo de monitoramento específico.
- Roberta Miranda, da H&P, pontuou a importância de se fazer um monitoramento voltado para o Rio Ipiranga, que importa ao Degredo.
- Rafaele, do IEMA, considera que os pontos indicados pelo Degredo podem ser incluídos em outros monitoramentos já realizados ao longo da região deltaica do Rio Doce. Sugere que o monitoramento prossiga pela consultoria até que possa ser incorporado pelos monitoramentos já existentes.
- Adelino, do IEMA, considera interessante manter o monitoramento por consultoria por um ano, dado o grande número de pontos a serem amostrados, uma vez que os monitoramentos já existentes incluiriam apenas 1 ou 2 pontos na comunidade.
- Thiago pede que seja colocado como encaminhamento a inclusão de pontos em lagoas e medidas estruturantes para água voltada para consumo humano.
- Carolina considera que o PBAQ precisa

		<p>prever sistema de abastecimento de água para a comunidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rafaele sugere que o PBAQ incorpore a proposta de sistema de abastecimento elaborado pelo IEMA para relatório apresentado em reunião inter-câmaras. Em relação ao monitoramento, pede ainda que seja incluído o parâmetro “alumínio dissolvido” para medição e que os resultados apresentem dados brutos, para além do texto de relatoria. • Rafaele sugere que seja levado para a CT-Flor a questão do reflorestamento de vegetação ciliar do Rio Ipiranga, em termos de viabilidade de inclusão nas ações já em curso. • Edna enfatiza que as ações do projeto de Educação Ambiental não elimina a possibilidade do território receber ações do Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova. • Rafaele, do IEMA, em relação ao etnomonitoramento. Pede que fique mais clara a redação do texto.
3	Encaminhamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Que a ata da reunião seja utilizada como uma memória, acompanhada de seus áudios, em razão da falta de tempo para leitura e ratificação de seu conteúdo junto aos comunitários. • Em razão das alterações sugeridas, encaminhou-se a realização de uma nova reunião para validação do PBAQ, tendo como prazo máximo o dia 15 de fevereiro.
4	Finalização	<ul style="list-style-type: none"> • Cassio Barbosa finaliza, agradecendo em nome da Herkenhoff & Prates por toda a experiência de trabalhar junto a comunidade do Degredo. • Thiago encaminha que, diante das numerosas alterações, seja realizada

		<p>uma nova reunião, com o documento refeito, para então proceder sua validação, em um prazo máximo de 60 dias.</p> <ul style="list-style-type: none">• José Costa agradece aos presentes, encerrando a sessão.
--	--	---